

**ESTUDO FILOLÓGICO E ASPECTOS DISCURSIVOS
DA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A IGREJA CATÓLICA
NO BRASIL IMPERIAL**

Juliana Lima Façanha (UFMT)
jufacanha@gmail.com
Elias Alves de Andrade (UFMT)
elias@cpd.ufmt.br

1. Introdução

Há tempos que a humanidade traduz a história por meio de textos escritos e preserva-os, devido ao interesse em preservar as características linguísticas e culturais de determinada época, e por representar sua sociedade ideologicamente. Assim, os textos escritos apresentam valor para os estudos de diversas ciências, especialmente para a filologia, que tem documentos como objeto de estudo.

Assim, preservar a integridade dos documentos históricos, culturais e literários, restabelecer esses documentos nacionais fidedignamente e, ainda, preservá-los de possíveis corrupções que podem, eventualmente, ser introduzidas pela transmissão editorial são, entre outros, objetivos e compromisso a que se inclina o crítico textual.

De acordo com *Spina*

A filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. A *explicação do texto*, tornando-o inteligível em toda a sua extensão e em todos os seus pormenores, apela evidentemente para disciplinas auxiliares (a literatura, a métrica, a mitologia, a história, a gramática, a geografia, a arqueologia etc.), a fim de elucidar todos os pontos obscuros do próprio texto. Esse conjunto de conhecimentos complicados, dando a impressão de verdadeira cultura enciclopédica de quem os pratica, constitui o caráter erudito da filologia. Aliás, como já vimos, nasceu assim a filologia alexandrina. A *restauração* do texto, numa tentativa de restituir-lhe a genuinidade, envolve um conjunto de operações muito complexas, mas hoje estabelecidas com relativa precisão: é a *crítica textual*, que também foi conhecida e praticada pelos filólogos alexandrinos; a *preparação do texto*, para editá-lo na sua forma canônica, definitiva, também apela para um conjunto de normas técnicas, hoje também sistematizadas e mais ou menos universalmente respeitadas. (SPINA, 1994, p. 82)

A edição de documentos relaciona-se à preservação da história da humanidade, e se faz necessária visto que o tempo é inimigo dos docu-

mentos, uma vez que são escritos em material brando e se deterioram ao longo dos anos. Segundo Cambraia,

Há diversos tipos de edição para tornar acessível ao público um texto manuscrito, que são distribuídos em duas grandes classes: as edições monotestemunhais (baseadas em apenas um testemunho de um texto) e as edições politestemunhais (baseadas no confronto de dois ou mais testemunhos de um mesmo texto) (CAMBRAIA, 2005, p. 91)

As edições monotestemunhais são divididas essencialmente em quatro tipos, diferenciados “[...] com base no grau de mediação realizada pelo crítico textual na fixação da forma do texto: são elas *fac-similar*, *diplomática*, *paleográfica* e *interpretativa*.” (*Idem, ibidem*)

Ainda, segundo o mesmo autor

A escolha de um dos tipos fundamentais de edição para ser aplicado a um texto exige especial reflexão do crítico textual, pois cada tipo tem características muito próprias e distintas. Por isso, dois aspectos, em especial, devem ser necessariamente observados: o público-alvo almejado e a existência de edições anteriores. A importância de se pensar no público-alvo está no fato de que dificilmente uma mesma edição é adequada para todo tipo de público, pois diferentes são seus interesses. Assim, uma edição que reproduza particularidades gráficas de um texto quinhentista pode interessar a um linguista, mas não seria adequada a um público juvenil interessado especialmente no conteúdo do texto, ou seja, na história ali contada. É igualmente importante saber se o texto em questão já foi editado antes, a fim de se evitarem edições redundantes, ou seja, que simplesmente repetem a abordagem das edições ainda disponíveis no mercado. (CAMBRAIA, 2005, p. 90)

A edição *fac-similar* consiste na reprodução fotográfica de um documento. "Em geral, as edições mecânicas se fazem preceder de um estudo histórico, paleográfico e codicológico [...]. Em suma, a edição mecânica é de extrema utilidade para a preparação de outras edições." (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 30). Ao editar um texto de forma *fac-similar* ou mecânica, ainda que ocorra um grau baixo de mediação do editor, a edição aproxima o leitor do *códice*, possibilitando que o mesmo visualize o documento.

A edição *semidiplomática* consiste na reprodução tipográfica do texto, conservando todas as suas características ortográficas, apenas desdobrando as abreviaturas. Os objetivos principais desse tipo de edição são: “[...] o de facilitar ainda mais a leitura do texto e torná-lo acessível a um público menos especializado, [...] tentar retificar falhas óbvias no processo de cópia do texto [...]” (CAMBRAIA, 2005, p. 96)

Enquanto o trabalho filológico desenvolve-se, com o objetivo de fixar e editar o texto enquanto objeto de estudo, a análise do discurso trabalha com o estudo do texto em suas significações, relacionando o sujeito e a história a fim de constituir nele o sentido.

A análise do discurso de linha francesa teve início nos anos 60, com a sua fundação focada nos estudos de Jean Dubois e Michel Pêcheux, que se apoia, por vezes, em Michel Foucault. Para a AD, o discurso não é individual. Ele recai sobre práticas sociais que devem ser analisadas de acordo com o momento social do sujeito, ou seja, a partir de suas condições de produção, e o texto é um precioso objeto de estudo cujo analista pode se apoiar para investigar o discurso ali presente.

Sendo o objeto de estudo da AD o discurso, a unidade de análise passa não mais a ser o signo ou a frase, mas sim o texto. Para a AD o discurso não é um sistema abstrato, tal qual a linguagem já foi apresentada por alguns estudiosos, e sim um processo sócio-histórico-ideológico. Os sentidos das palavras deixam de serem estáticos, fixos e passam a ser construídos pelo sujeito em determinado momento histórico.

Neste trabalho, apresentar-se-ão a edição de um documento manuscrito do século XVIII, que compõe a Coleção de Documentos Históricos do Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, e uma breve proposta de análise de traços discursivos e algumas características da época.

2. *Análise do corpus*¹⁰

Sabe-se que até o Brasil Império, a religião católica se fez presente, mantendo-se como uma religião soberana, e seguiu-se, assim, por muitos séculos no Brasil. Sendo o catolicismo a religião oficial do Império, para tomar posse e exercer qualquer função pública, o funcionário deveria declarar-se católico. Dessa maneira, Estado e Igreja mantinham estreita sua relação.

Era comum a celebração de missa após a posse de cargos políticos, como veremos nos excertos a seguir, extraídos de nosso *corpus*:

¹⁰Trata-se do documento editado na dissertação de mestrado intitulada *Edições fac-similar e semiplomática do livro de registro da correspondência oficial da presidência da província com a repartição eclesiástica: 1887-1890. Aspectos ortográfico*. FACANHA, J. L. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/meel>>.

Ao mesmo.¹¹ | {Numero 17} Primeira Secção. – Palacio da Presidencia de Mat-|to Grosso em Cuyabá, 16 de Novembro| de 1887. Excellentissimo e Reverendissimo Senhor = Tendo| Sua Excellencia o Senhor Coronel Francisco Raphael| de Mello Rego de tomar posse do cargo de| Presidente desta provincia, para o qual| fôra nomeado por Carta Imperial de 12/ de Setembro transac- to, rogo a Vossa Excellencia Reverendissima| que se digne de expedir suas ordens no sen-| tido de celebrar-se o Te-Deum do estylo de-| pois d’aquelleacto, que terá lugar no paço| da Camara Municipal, hoje ás 11 horas| da manhã. Renovo a Vossa Excellencia Reverendissima as se-| guranças de minha respeitosa estima e| distincta consideração. Deos Guarde a Vossa Excellencia Reverendissima =| Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Carlos Luiz de| Amour, Dignissimo Bispo Diocesano. José| Joaquim Ramos Ferreira. = (337-355)¹²

De acordo com o decreto número 9033 de 6 de outubro de 1883, citado no manuscrito nas linhas 259 à 282, cabia à autoridade eclesiástica organizar mapas com a relação de casamentos, visto que tinham efeito civil, batizados e óbitos ocorridos na paróquia e enviasse à presidência da província. Na passagem a seguir de nosso *corpus*, fica clara a relação política entre as instituições, uma vez que a Igreja, por lei, deveria cumprir seus deveres e serviços ao Estado.

Ao Reverendissimo Conego Vigario da Sé. | {Numero 13} Primeira Secção – Palacio da Presidencia da Provin-| cia de Matto Grosso em Cuyabá, 3 de| Junho de 1887 – Circular – Não tendo| sido remetidos por Vossa Senhoria Reverendissima os mappas| a que se refere o artigo primeiro do decreto nume- ro 9033| de 6 de Outubro de 1883, e concernentes aos| casamentos, baptizados e obitosaccorridos| nessa parochia, comum que Vossa Senhoria Reverendis-|sima, | observando os modelos que lhe foram en-|viados para a organizaçãode taesmap-|pas, se esforce para que a remessa d’elles| seja sempre regularizada de modo a poder| esta Presidencia dar cumprimento ao que| exige o citado, artigo primeiro.- Deos Guarde Vossa Senhoria| Reverendissima – José Jo- aquim Ramos Ferreira. | Senhor Conego Vigario da parochia da| Sé. – Identico mutatis mutandis aos vi-|garios das parochias de Santo Antonio| do rio abaixo, Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora do Ro-|zario, Alto Paraguay Di- amantino, Poconé, | São Luiz de Caceres, Corumbá, Miranda| e Santa Annado Paranyhyba. (259-282)

Mais um excerto do manuscrito em análise evidencia o lugar hierárquico distinto do Estado em relação à Igreja, pois relata comunicação do presidente da Província à autoridade eclesiástica, a respeito da demissão do Padre Antônio Manoel Bicudo do cargo de Vigário encomendado da freguesia de Santo Antônio do rio abaixo e nomeações de novos vigários das freguesias de Nossa Senhora de Brotas e Nossa Senhora da Con-

¹¹ A barra vertical (|) indica mudança de linha no manuscrito.

¹² Leia-se (337-355) como linhas 337 a 355 na transcrição.

ceição do Alto Paraguai Diamantino, e comunica sua posse, fortalecendo os laços de bom relacionamento.

{Numero 8} Primeira Secção. – Palacio da Presidencia da Pro-|vincia de Matto Grosso em Cuyabá, 2|de Maio de 1887. *Excellentissimo e Reverendissimo Senhor* =|Tenho a honra de accusar recebido o officio|de| hoje datado, no qual *Vossa Excellencia Reverendissima* se dignou| decommunicar-me haver por acto de 11 do|mez proximo findo demittido o Padre Anto-|nio Manoel Bicudo¹³ do cargo de Vigario en-|commendado da freguezia de Santo Antonio|do rio abaixo, bem como nomeado por provisao|da mesma data vigario encomendado da fre-|guezia de Nossa Senhora de Brotas o Padre Ja-|cinto Ferreira de Carvalho, e da de *Nossa Senho-|ra da Conceição do Alto Paraguay Diaman-|tino* o Padre Domingos Muppo; cabendo-me sci-|entificar a *Vossa Excellencia Reverendissima* que acabo de officiar| neste sentido ás repartições competentes, para|os devidos effeitos. Renovo a *Vossa Excellencia* Revedendíssima as|seguranças de minha respeitosa estima e ele-|vada consideração. Deos Guarde a *Vossa Excellencia Reverendissima*. – *Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Carlos Luiz d’Amour*, | Dignissimo Bispo Diocesano, Antonio Au-|gusto Ramiro de Carvalho. (170-191)

Como se pôde observar nos excertos anteriores de nosso *corpus*, as ações da Igreja e do Estado, em vários momentos da história, dependiam da aprovação da primeira pelo segundo, ou, no mínimo, manter informadas dos passos e andamentos de suas políticas, a fim de manter a relação de dependência e conservar o catolicismo como religião oficial.

2.1. Relação econômica e financeira

Por meio da análise do *corpus* em questão fica nítida a presença do vínculo entre o poder econômico do Estado e a religião, uma vez que a Igreja influencia a economia, logo o Estado, e vice-versa, no sentido de uma influência mútua. Há uma inter-relação entre o desenvolvimento econômico e o catolicismo. No entanto, os objetivos cristãos deveriam ser superiores aos financeiros.

Devido ao tamanho e abrangência da igreja católica, a questão financeira tornou-se algo essencial para sua sobrevivência. Cabia, também, a ela o esforço para manter bom relacionamento com as autoridades do Estado para que não viesse a perder os `direitos` adquiridos historica-

¹³ Padre Manoel Bicudo pediu demissão do cargo que ocupava na Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul e partiu para o Mato Grosso, a convite de D. Carlos Luiz d'Amour, então bispo da província, onde foi nomeado Vigário da Freguesia de Santo Antônio, fixou sua residência e desempenhou por alguns anos o seu cargo.

mente. Caso a Igreja tivesse alguma participação nos lucros deveria ter participação nas perdas.

Assim, era importante para a ordem eclesiástica manter um bom relacionamento com a Presidência da província a fim de, caso esta faltasse com os auxílios financeiros devido a uma possível crise econômica e houvesse cortes, a Igreja, como instituição de representação divina, teria prioridade.

Ainda no período Imperial, no Brasil, o Estado financiava a Igreja por meio de salários (côngruas) e verbas para a manutenção e reformas de igrejas, seminários, casas paroquiais e viagens.

A seguir, apresenta-se o excerto em que o presidente da Província, senhor Álvaro Rodovalho Marcondes dos Reis comunica ao bispo D. Carlos Luiz d'Amour que este terá as despesas gastas em viagem a pontos distantes da província ressarcidas, uma vez que era interessante para a administração provincial que o bispo realizasse tais visitas, conhecidas como visitas pastorais.

Ao *Excellentissimo* e *Reverendissimo* Bispo Diocesano. |{Numero 1} *Primeira* Secção. – Palacio da Presidencia da Provincia de Mat-|to Grosso em Cuyabá, 3 de Janeiro de 1887. *Excelentissimo* e| *Reverendissimo* Senhor = Em resposta ao officio de *Vossa Excellencia Reverendissima*| datado de hontem, tenho a honra de communi-|car que acabo de recommendar á Thesouraria Provin-|cial que entregue á pessôa autorizada por *Vossa Excellencia Reverendissima*| a quantia de 2:000 H 000, decretada pela Assembléa Legislativa Provincial como ajuda de custo para as|viagens que *Vossa Excellencia Reverendissima* fez ultimamente aos pontos| mais remotos da provincia. Renovo a *Vossa Excellencia Reverendissima*|os protestos de minha subida estima e distincta| consideração. Deos Guarde *Vossa Excellencia Reverendissima* – *Excellentissimo* e *Reverendissimo*| *Senhor Dom Carlos Luiz d'Amour*, Dignissimo Bispo Dioc-|samo. Alvaro Rodovalho Marcondes dos Reis. (17-31)

No documento em análise, observamos algumas passagens que expressam o fato de o Estado prover de recursos financeiros à Igreja católica, como a reforma da igreja do Senhor dos Passos, em 1887, que entrou na lei do orçamento da província como sendo uma obra pública. A pedido do bispo D. Carlos Luiz d'Amour, o presidente da província Álvaro Rodovalho Marcondes dos Reis afirma que expediu ordens à Tesouraria da província para que o pedido de 3 mil contos de réis fossem repassados à repartição eclesiástica a medida que as obras acontecessem.

Ao mesmo. | {Numero 4} *Primeira* Secção. – Palacio da Presidencia da Pro-|vincia de Matto Grosso em Cuyabá, 26 de| Março de 1887. *Excellentissimo* e *Reverendissimo* Senhor – Tenho| a honra de accusar o recebimento do officio| que *Vossa Excellencia Reverendissima* se dignou de dirigir-me| em

data de 16 do| corrente, no qual, expon-| do-me o estado em que se acha a Igreja| do Senhor dos Passos e a necessidade que há| de se effectuar n'ella varios reparos que urgentemente reclama, solicita-me um auxi-| lio de 3:000 H 000 para esse fim por presta-| ções e á medida que se forem realisando| taes repastos. E em resposta cabe-me sci-| entificar a *Vossa Excellencia Reverendissima* que ficam expedi-| das as precisas ordens á Thesouraria Pro-| vincial nesse sentido, por conta do rema-| necente do credito de dez contos votado| na lei do orçamento vigente á verba “O-| bras publicas.” – Aproveito-me da oppor-| tunidade para reiterar a *Vossa Excellencia Reverendissima* os sentimentos de minha respeitosa esti-| ma e subida consideraçaõ. Deos Guarde a| *Vossa Excellencia Reverendissima* – *Excellentissimo* e *Reverendissimo* Senhor Dom Carlos Luiz| d’Amour, Dignissimo Bispo| Diocesano. Alvaro Rodovalho Marcondes| dos Reys. (81 -107)

Observa-se, no excerto a seguir, em que, por meio do Ministério do Império, a Diocese sob o comando do bispo D. Carlos Luiz d’Amour, recebe verba destinada à construção do Seminário Episcopal, que contribuiria para a formação de novos seminaristas.

Ao mesmo. | {Numero 8.} *Primeira* Secçaõ. – Palacio do Governo de Mato- Gros-| so em Cuyabá, 8 de Outubro de 1888. – *Excellentissimo* e *Reverendissimo* Senhor – Tenho a honra de commu-| nicar a *Vossa Excellencia Reverendissima* que o Ministerio do| Imperio, conforme declarou-me em avi-| so de 25 de Agosto ultimo, autorisou, pela|verba – Seminarios Episcopaes – do exercicio| de 1888, o credito de (2:000 H 000) dois contos de| reis que ficará a disposiçaõ de *Vossa Excellencia Reverendissima*| para auxilio ao Seminario Episcopal desta| Diocese; tendo esta Presidencia nesse sentido,| officiado á Thesouraria de Fazenda para| os devidos effeitos. Reiteiro a *Vossa Excellencia Reverendissima* os sentimentos de minha respeitosa estima| e alta consideraçaõ. – Deus Guarde a *Vossa Excelencia Reverendissima*| *Excellentissimo* e *Reverendissimo* Senhor Dom Carlos Luiz d’Amour,| Dignissimo Bispo Diocesano. – Francisco| Raphael de Mello Rego. (527-545)

Entretanto, com a crise no Brasil Império e a queda da monarquia, o Estado se vê desobrigado a custear as despesas da Igreja, criando um novo modelo socioeconômico entre essas instituições, deixando nítida a dependência da Igreja em relação ao Estado, o que veremos a seguir.

2.2. Transição do modelo imperial para o brasil republicano

No *corpus* em análise, é possível observar marcas de um momento de suma importância para história das relações políticas e sociais entre as instituições já citadas: a transição do Brasil Imperial para o Brasil Republicano.

A mudança do Brasil Império para república resultou em uma série de consequências para a Igreja Católica. Foi um período que culminou com a separação definitiva entre a Igreja e Estado.

Dentre os motivos que engendraram essa separação que já vinha sendo gestada desde o império, podemos citar a questão ideológica e financeira do Império. Nesse período a Igreja vinha perdendo a sua função como única representante do poder sacro, cuja sociedade aceitou por séculos, em que o Estado justificava o poder do Imperador à custa da Igreja que pregava esse poder como algo concebido divinamente. Assim que se deu a Proclamação da República passa a ser desnecessária essa função da Igreja, visto que a escolha do representante deixava de ser pela vontade de Deus e passaria a ser pela vontade de parte da sociedade através do voto. A Igreja, mais tarde, retomaria essa aliança com o Estado, entretanto como aliança eleitoral.

Além da questão ideológica a separação entre o Estado e a Igreja provocou maior tranquilidade ao governo em relação a suas finanças, sendo a questão econômica e financeira um motivo relevante para compreender esse período de transição. O Estado deixava de ter a obrigação de custear a Igreja, uma vez que a prática do dízimo era pouca e insuficiente. Assim o pagamento das côngruas e a manutenção e ampliação das obras eclesiais deixavam de ser obrigação do Estado.

Com a República proclamada em 15 de novembro de 1889, logo, os efeitos políticos seriam sentidos no Governo. No documento em análise, observamos o então presidente da província, Ernesto Augusto da Cunha Mattos, expede ordem ao governador do bispado, o senhor José Joaquim Graciano de Pinna, para que não fossem realizados os enterramentos no Cemitério de Nossa Senhora da Piedade devendo realizados no cemitério de São Gonçalo de Pedro II, enquanto não fosse construído um novo cemitério.

Ao mesmo. {{Numero 18} Primeira Secção. – Palacio do Governo de Matto-Grosso| em Cuyabá, 18 de Novembro de 1889. – *Illustrissimo e Reverendissimo*| Senhor – Declaro a *Vossa Reverendissima* que, como medida hygienica e de salvaçãõ publica, ficam prohibi-| dos os enterramentos no Cemiterio de Nossa| Senhora da Piedade desta Parochia da Sé, devendo| ser feitas as inhumações no da freguesia de| Saõ Gonçalo de Pedro *segundo*, exclusivamente, em quan-| tonaõ se levantar um novo Cemiterio, sobre| o que esta Presidencia expede ordem nesta da-| ta á Camara Municipal da Capital. – Deus Gu-| arde a *Vossa Reverendissima* – Ernesto Augusto da Cunha| Mattos. – *Illustrissimo e Reverendissimo* Senhor Monsenhor José Joa-| quim Graciano de Pinna, Governador do Bis-| pado. (955-970)

O excerto anterior evidencia que o Estado se sobrepõe à Igreja em campos que eram de exclusiva responsabilidade desta última, ou seja, o enterro dos mortos. O Estado ao determinar em que cemitérios os *corpus* dos mortos deveriam enterrados, arrolando como argumento a questão higiênica, ou de saúde pública, deixa explícita que a identidade Estado e Igreja no tocante às questões de poder chegara ao fim. Ademais, o excerto também evidencia que embora importante, a Igreja no novo modelo político, qual seja, a República, não é fundamental para a manutenção do poder do Estado. Para se manter o estado republicano depende também de outras religiões que não somente a Católica Apostólica Romana.

Em 9 de dezembro de 1889, dia da posse do primeiro governador do Estado, o senhor Antônio Maria Coelho, nomeado pelo presidente provisório da República, o Marechal Deodoro da Fonseca, foi enviado um ofício ao governador do bispado a fim de comunicar a posse de Antônio Maria Coelho e manter bom relacionamento.

Ao mesmo| {Numero 20} Primeira Secção. – Palacio do Governo do Estado de Matto-Gros-| so em Cuyabá, 9 de Dezembro de 1889. *Illustrissimo e Reverendissimo Senhor.* | Tenho a satisfação de comunicar a *Vossa Senhoria Reverendissima* que| nesta data tomei posse do cargo de Governador do Estado| de Matto-Grosso, por aclamação do povo e d'Assembléa| Provincial, ficando assim confirmada a nomeação com| que me distinguio o Presidente provisório da Republica| dos Estados Unidos do Brazil. Prevaleço-me da op-| por-| tunidade para apresentar a *Vossa Senhoria Reverendissima* os sentimentos| de minha estima e consideração – Deus Guarde a *Vossa Senhoria Reverendissima*-| Antonio Maria Coelho. – Ao *Illustrissimo e Reverendissimo Senhor* Monsenhor Go-|vernador do Bispado. (982-994)

Dois dias após a posse do novo governador, este torna nulo o ofício número 18 enviado pelo então presidente da província, cabendo ao governador do Bispado os fins que lhe coubessem.

Ao Governador do Bispado| {Numero 21.-} Primeira Secção. – Palacio do Governo do Estado de Matto-Grosso| em Cuyabá, 11 de Dezembro de 1889. – *Illustrissimo e Reverendissimo Senhor* – Tendo eu resolvido declarar de nenhum effeito, o of-| ficio numero 18 que a *Vossa Senhoria Reverendissima* dirigio o ex-Presidente da| extincta provincia de Matto-Grosso em data de 18| do mez proximo passado, e relativo á prohibição dos enter-| ramentos no Cemiterio de Nossa Senhora da Piedade da| parochia da Sé, bem como ao levantamento de um| novo cemiterio; assim o communico a *Vossa Senhoria Reverendissima* para| seu conhecimento e fins convenientes. – Deus Guarde a| *Vossa Senhoria*| *Reverendissima* – Antonio Maria Coelho. – Ao *Illustrissimo e Reverendissimo Senhor* Governador do Bispado. (995-1007)

O exemplo acima mostra a quebra da relação ‘obrigatória’, como se o governador deixasse nas mãos do governador do bispado a questão

de resolver os enterramentos, pois antes, ficaria possivelmente a cargo dos cofres públicos a construção de outro cemitério. Com a separação do estado e igreja, o estado não tinha mais a obrigação de custear e manter qualquer obra da Igreja. Assim, o novo governador torna nulo o ofício número 18 e deixa que o bispo resolva.

Com a proclamação da República, em 1889, a situação muda completamente. O regime republicano colocou fim na relação direta entre a Igreja e o estado. Obviamente que o clero não deixou de participar de questões políticas, como ocorre até hoje.

Certamente, esse foi um momento significativo de ruptura na estrutura governamental do Estado. Com o Estado passando a ser laico, em 1890, a Igreja católica foi destituída de seu posto de religião oficial, retirando dela toda a ajuda governamental, aspectos confirmados pela nova Constituição de 1891. Desde então o catolicismo buscou o apoio financeiro em outros ambientes, por exemplo, por meio da fundação colégios salesianos, da doação dos fiéis, dentre outras.

3. *Consideração finais*

Por se tratar de um manuscrito do século XIX, há elementos que permitem observar as ocorrências linguísticas e culturais da época, comprovando a necessidade de um estudo filológico, como forma de preservação de importantes fontes históricas. A tentativa de analisar o discurso presente no *corpus* nos proporciona um suporte para conhecer o contexto social da época do manuscrito. No entanto os manuscritos editados também contribuem com a análise do discurso, com importantes contribuições a respeito da cultura e sociedade brasileira no final do Regime Imperial.

A relação entre Estado e Igreja Católica ainda é presente na sociedade, embora não seja oficial, mas por meio da representação política de alguns grupos religiosos. O que não é novo, pois durante o Império, mesmo com a condenação da Igreja Católica, vários padres exerciam cargos políticos, o que ocorre ainda hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1994.